

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 18 de abril de 2019 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta do Conselho de Administração para a alteração da denominação social da QGEP Participações S.A. para Enauta Participações S.A. (“Companhia”). A estrutura acionária da Companhia permanece inalterada.

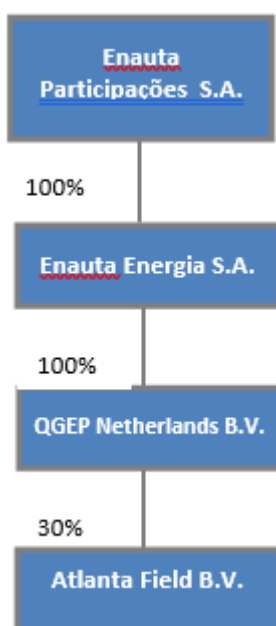
A Companhia decidiu reformular a sua marca a fim de refletir os principais atributos e conquistas, que garantem perenidade e crescimento contínuo de suas operações. A coragem para enxergar novas possibilidades e o compromisso em realizá-las está presente em nossa história desde o começo.

A Companhia continua com o seu firme propósito de explorar, desenvolver e produzir óleo e gás na costa do Brasil, focando na capacidade de identificar, localizar e desenvolver fontes de energia para atender às necessidades da sociedade.

Estrutura societária

A Enauta Participações S.A., com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1301 (parte), Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária (“Grupo”) no período findo em 31 de março de 2020:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Em 17 de abril de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da denominação da controlada direta Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. para Enauta Energia S.A. (“Enauta”).

A Enauta tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados, operação na navegação de apoio marítimo e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócia ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica, mediante concessão ou autorização das autoridades competentes.

A QGEP Netherlands B.V. (“QGEP B.V.”) com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da Enauta, tem como objeto social constituir, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas.

A Atlanta Field B.V. (“AFBV”), com sede na cidade de Roterdã, Holanda, é controlada indireta da Enauta e direta da QGEP B.V., a qual detém 30% de participação societária. A AFBV tem como principal objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da área de concessão e, ainda, adquirir, administrar e operar equipamentos, incluindo aqueles registrados para apoiar as atividades declaradas do Grupo. A AFBV possui ainda a Dommo Netherlands Holding B.V. e a FR Barra 1S.àr.l., como acionistas com 40% e 30%, respectivamente, de participação. A AFBV foi criada visando a parceria dos mencionados acionistas com a Enauta na concessão do Bloco BS-4.

Bloco BS-4 – Campo de Atlanta:

O Campo de Atlanta teve sua produção iniciada em maio de 2018. O óleo está sendo produzido pelo FPSO Petrojarl I e está sendo vendido para a Shell, que contratou a compra de todo o óleo do Sistema de Produção Antecipada (SPA) do Campo.

A sonda Laguna Star finalizou as atividades no terceiro poço e a sua produção foi iniciada em 21 de junho de 2019. Este terceiro poço completa o Sistema de Produção Antecipada (“SPA”).

A intervenção do primeiro poço foi realizada de 22 de junho a 9 de agosto de 2019 e a do segundo poço de 10 de agosto a 17 de setembro de 2019.

Conforme já divulgado pela Companhia e tendo em vista a inadimplência histórica da Dommo Energia S.A. (“Dommo”) com suas obrigações de aporte financeiro no consórcio do bloco BS-4, a Barra Energia exerceu em 11 de outubro de 2017 os direitos de retirada da Dommo previstos nos documentos do consórcio.

O Tribunal Arbitral em que se discute a relação consorcial do Bloco BS-4, de um lado Enauta e Barra Energia, de outro, a Dommo Energia, já proferiu decisão definitiva sobre a validade da notificação de retirada da Dommo Energia do consórcio com efeitos retroativos desde 11 de outubro de 2017. O Tribunal Arbitral ainda está formado para solução das últimas controvérsias entre as partes.

Com base nos documentos da relação consorcial, a Diretoria Colegiada da ANP em 19 de junho de 2019 aprovou a cessão da totalidade dos direitos, titularidade e interesses da Dommo no Bloco BS-4 para (i) a controlada da Companhia, Enauta Energia S.A. (“Enauta Energia”), e (ii) Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda., na proporção de suas respectivas participações, passando cada uma a deter 50% de titularidade no bloco.

A Dommo ajuizou ação cautelar preparatória na Justiça Federal para suspender os efeitos dessa decisão, tendo o juiz indeferido o pedido de tutela de urgência cautelar, mantendo-se a decisão e cessão da ANP. A Dommo solicitou requerimento de arbitragem com base no contrato de concessão, questionando a ANP pela aprovação desta cessão, bem como questionando a solicitação desta cessão pela Enauta Energia e Barra. Esse tribunal arbitral já está formado.

A afiliada da Dommo, Dommo Netherlands B.V., também solicitou requerimento de arbitragem com base no acordo de acionistas da Atlanta Field B.V contra a afiliada da Companhia, QGEP Netherlands B.V. Esse tribunal arbitral está formado e a afiliada da Companhia está avaliando e adotando as providências cabíveis.

Coronavírus – COVID-19

Em função da pandemia do coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a companhia anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da OMS, Ministério da Saúde, ANP, IBP e visam reforçar a sustentabilidade de seus negócios caso a crise atual tenha impactos mais severos e duradouros.

Informações sobre o Contrato de Venda de Gás do Campo de Manati

Em Manati, a produção está suspensa desde fevereiro de 2020, em função da baixa demanda das termoeletricas, sem necessidade de despacho. Em março 2020, fomos notificados pela Petrobras de que a atual pandemia de COVID-19 configurava, no seu entender, evento de força maior, ocasionando diminuição do consumo de gás natural pelo mercado e afetando seu compromisso de retirada. A Enauta não concorda com os argumentos apresentados na notificação e analisa as alternativas que dispõe para evitar e/ou mitigar os riscos que tal medida por parte da Petrobras pode acarretar nos seus negócios.

A Companhia, diante de seu compromisso de transparência e prestação tempestiva de informações aos seus investidores e ao mercado em geral, lembra que, caso haja uma diminuição nos volumes vendidos ou atrasos nos pagamentos decorrentes da produção no Campo de Manati, tais fatos poderão afetar o fluxo de caixa da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

A Enauta Energia reitera que adotará todas as medidas necessárias à salvaguarda dos seus direitos no âmbito do Contrato de Venda de Gás do Campo de Manati e continua trabalhando diligentemente para cumprir com seus compromissos assumidos com os órgãos reguladores e demais stakeholders

Medidas de Proteção e Segurança

Estamos seguindo todas as orientações de prevenção à COVID-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes e visando mitigar ao máximo o surgimento de novos casos e manter o bem-estar dos funcionários, a Enauta acionou o Comitê de Gerenciamento de Crise (CMT), que tem como principais objetivos manter a saúde de seus colaboradores e terceirizados, manter suas atividades sem impactos à segurança operacional ou ao meio ambiente, e avaliar os desdobramentos da crise no seu plano de negócios. A Companhia instruiu todos os seus funcionários das sedes corporativas a trabalharem em regime de home office, suspendeu as viagens nacionais e internacionais conforme orientações dos órgãos competentes, entre outros.

Para as atividades no Campo de Atlanta, operado pela Enauta, foi elaborado um Plano de Contingência para a COVID-19, visando descrever as ações necessárias para salvaguardar a saúde e segurança dos profissionais e a manutenção segura das operações. Dentre estas medidas, destacam-se a redução do POB (*People on Board*), monitoramento e testagem pré embarque, cabines identificadas para isolamento dos casos suspeitos quarentena pré-embarque de 7 dias para os casos assintomáticos e 14 dias para casos sintomáticos entre outras.

Plano de Negócios

A Enauta sempre se pautou pela disciplina em sua gestão financeira, atendendo suas necessidades de investimento a partir dos recursos gerados internamente, e mantendo posição de caixa para suportar seus compromissos. Em 31 de março de 2020, a Companhia registrou um saldo de caixa de R\$1,9 bilhão, montante suficiente para absorver os impactos adversos dos negócios que venham a ser mais severos ou mais duradouros e, mesmo após o pagamento de R\$300 milhões em dividendos totais em 28 de abril de 2020, a Companhia segue com caixa suficiente para arcar com as despesas e custos operacionais. A Companhia possui uma dívida de R\$240,9 milhões denominada em reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, estão previstos recebíveis de US\$144 milhões referentes à venda de participação no Bloco BM-S-8, cujo pagamento será efetuado após a assinatura do Contrato de Individualização de Produção.

Com a combinação de quedas acentuadas e alta volatilidade no preço do Brent ao longo do primeiro trimestre de 2020 e o impacto global da pandemia de COVID-19, a Enauta realizou um conjunto de análises sobre o impacto da pandemia e já implementou uma série de ações para manter a liquidez e reduzir seus custos e despesas, sendo elas:

- Análise de risco de continuidade operacional – Até o momento, a Companhia tem enfrentado a pandemia da COVID-19 com impacto limitado aos seus negócios. As incertezas atuais relacionadas à COVID-19 e a diminuição dos preços do petróleo em todo o mundo não resultam em eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar como uma empresa em atividade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

- A Companhia efetuou a revisão das premissas do teste anual de impairment e concluiu que, baseado nos critérios da norma CPC 01 (Redução ao valor recuperável), não há indicativos de impairment para os ativos, concluindo que o custo destes reflete a melhor avaliação dos mesmos na data base de 31 de março de 2020.
- Análise de eventuais perdas de crédito.
- Avaliação das estimativas relevantes utilizadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias.
- A Enauta está avaliando os próximos passos relacionados ao Sistema Definitivo do Campo de Atlanta, onde é operadora e detém 50% de participação, com o objetivo de adequar o projeto a este novo cenário de Brent e torná-lo resiliente a cotações mais baixas da commodity, caso este cenário se prolongue além do esperado.
- A volatilidade da cotação do Brent será em parte mitigada pela contratação de hedge, já que a Enauta adquiriu opções de venda de Brent a uma média de US\$56 por barril, correspondente a 31% e 16% da produção esperada para o primeiro e segundo semestres, respectivamente.
- Renegociação de contratos com parceiros e fornecedores – Em função desse novo patamar de preços da indústria, a Companhia está em negociação com seus fornecedores, principalmente no âmbito de contratos relevantes, e já conseguiu reduzir os custos operacionais em 10% durante o período da pandemia. É mais um esforço da Enauta para manter suas despesas operacionais em nível confortável, evitando o consumo de caixa.

A Companhia está acompanhando de forma diligente a evolução dos desdobramentos da COVID-19 e avaliando constantemente a necessidade de novas medidas. A Companhia monitora constantemente suas operações para que estas estejam adequadamente refletidas em suas informações financeiras intermediárias e informa que avaliará, de acordo com a evolução do tema, a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou alteração das projeções e estimativas já reportadas de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações financeiras trimestrais consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem as informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Este é o primeiro conjunto de informações financeiras trimestrais anuais da Companhia e suas controladas no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 2.26.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo encontra-se descrito nos tópicos abaixo:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras trimestrais da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o período estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável.

Nas informações financeiras trimestrais individuais da Companhia as informações financeiras trimestrais das controladas diretas e indiretas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as informações financeiras trimestrais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações financeiras trimestrais consolidadas, exceto o investimento em sua joint venture.

Participações da Companhia em controladas

As informações financeiras trimestrais da Companhia, em 31 de março de 2020, compreendem as informações financeiras de suas controladas diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

	<u>País de operação</u>	<u>Controle</u>	<u>Participação</u>	
			<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Enauta Energia S.A.	Brasil	Direto	100%	100%
QGEP B.V.	Holanda	Indireto	100%	100%

2.4. Participações em negócios em conjunto (“*joint venture*”)

Uma “*joint venture*” é um acordo contratual por meio do qual uma Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “*joint venture*” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de “*joint venture*” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A controlada indireta QGEP B.V. apresenta participação em entidade controlada em conjunto nas suas informações financeiras trimestrais usando o método de equivalência patrimonial.

Participações da Companhia em negócios em conjunto

	País de operação	Controle	Tipo de negócio	Participação	
				31/03/2020	31/12/2019
AFBV	Holanda	Indireto	Negócios em conjunto (<i>Joint venture</i>)	30%	30%

2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera em um único segmento: exploração e produção (E&P) de óleo e gás.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.8. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “*Exploration for and evaluation of mineral resources*”.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade não foram concluídas permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“*dryhole*”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas desenvolvidas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com os campos de Manati e Atlanta (deste, a partir de maio de 2018) vêm sendo amortizados.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e são amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais quando entram na fase de produção.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

Para os ativos em desenvolvimento e produção, a Companhia avalia a necessidade de *impairment* dos mesmos através do valor em uso empregando o método dos fluxos de caixa estimados descontados a valor presente utilizando taxa de desconto antes dos impostos pela vida útil estimada de cada ativo e compara o valor presente dos mesmos com o seu valor contábil na data da avaliação. Premissas futuras, obtidas de fontes independentes sobre reserva de hidrocarbonetos, câmbio na moeda norte-americana, taxa de desconto, preço do barril e custos são considerados no modelo de teste de *impairment*.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (nota explicativa 17). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados, quando aplicável. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do período (resultado financeiro líquido).

2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.8, os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando houver perdas decorrentes das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

2.10. Gastos associados às *joint operations* de exploração e produção

Como operadora das concessões para exploração e produção de petróleo e gás, uma das obrigações da Companhia é representar a *joint operation* perante terceiros. Nesse sentido, a operadora é responsável por contratar e pagar os fornecedores dessas *joint operations* e, por isso, as faturas recebidas pela operadora contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos para a operação total da concessão. Os impactos no resultado individual da operadora, entretanto, refletem apenas as suas participações nas concessões já que as parcelas associadas aos demais parceiros são cobradas dos mesmos mensalmente. A operadora estima os desembolsos previstos para o mês subsequente, com base nos gastos já incorridos ou a incorrer na operação, faturados ou não pelos fornecedores. Estes gastos são cobrados aos parceiros através de *cash calls* e a prestação de contas é feita mensalmente através do relatório *billing statement*.

2.11. Estoques

Representados basicamente por óleo produzido no campo de Atlanta. Os estoques são mensurados o custo médio de produção e ajustados, quando aplicável, ao valor de sua realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda.

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das informações financeiras trimestrais consolidadas.

2.13. Provisão de ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (nota explicativa 16).

2.14. Obrigações legais

Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas informações financeiras trimestrais, líquido dos depósitos judiciais correspondentes.

2.15. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade, controle e dos seus riscos inerentes a terceiros.

2.16. Imposto de renda e contribuição social

Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações financeiras trimestrais. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração (de acordo com modelo de negócios aprovados pela Administração e pelos conselhos de governança da Companhia).

2.17. Incentivos fiscais

2.17.1. Federais

Lei do Bem:

A Lei do Bem (Lei 11.196/2005), especificamente em seu capítulo III, dispõe sobre incentivos fiscais para inovação tecnológica, visando promover a aquisição de novos conhecimentos, agregar know-how, incentivar a pesquisa tecnológica e o desenvolvimento de novos produtos e processos no país. Dentre os incentivos fiscais previstos nesta norma estão: dedução dos dispêndios em inovação tecnológica de 60% a 80% da base de cálculo do IRPJ e CSLL; redução de 50% de IPI e depreciação acelerada.

No ano de 2019 a Enauta Energia identificou dispêndios enquadráveis como inovação tecnológica, para fins de Lei do Bem, em relação ao seu Sistema de Produção Antecipada no Campo de Atlanta – BS4. Tal incentivo possibilitou a redução da base de cálculo do IRPJ e da CSLL em aproximadamente R\$21.000.

Sudene – Lucro da exploração

Por possuir o Campo de Manati, que está localizado na área de abrangência da Sudene, a Enauta detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicional, calculados com base no Lucro da Exploração durante 10 (dez) anos, usufruindo deste benefício a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Destaca-se que, o referido benefício foi prorrogado devido à modernização e expansão do campo de Manati, e sua finalização ocorrerá em 31 de dezembro de 2025. Na investida operacional Enauta, o valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

Este benefício está enquadrado como subvenção de investimento, atendendo às normas previstas no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.17.2. Estaduais

a) Crédito presumido - ICMS

De acordo com o Decreto 13.844/12, do Estado da Bahia, a Enauta usufrui de um crédito presumido de 20% do imposto estadual incidente - ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas saídas de gás natural devido ao investimento em unidade de compressão com o objetivo de viabilizar a manutenção da produção. Este benefício irá perdurar até 2022.

Na investida operacional Enauta, esta subvenção para investimento do ICMS é registrada na rubrica “impostos incidentes sobre as vendas” e posteriormente, quando do encerramento do exercício, é destinada à rubrica de “Reservas de lucros - incentivos fiscais” no patrimônio líquido, atendendo às normas previstas no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.18. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na nota explicativa nº 26 (iii).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do período durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido (“plano de opção de ações”). No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão eventualmente adquiridos.

O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações”.

2.19. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.20. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento. As informações financeiras trimestrais do Grupo foram preparadas de acordo com o CPC 48/IFRS 9, que contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) e VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge).

2.20.1. Ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado. Não houve alteração retrospectiva na adoção do IFRS 9 em relação ao IAS 39 para anos anteriores.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB/CDI (pós-fixado) e debêntures compromissadas), aplicações financeiras e opções de venda de óleo classificadas nesta categoria.

Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo possui caixa restrito e aplicação financeira não circulante classificado nesta categoria.

Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas; (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ da IAS 39 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39.

Ativos financeiros são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.
- Aumento significativo do risco de crédito da contraparte

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

2.20.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. O Grupo possui empréstimos e financiamentos classificados nesta categoria.

2.21. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia assim como de sua controlada brasileira Enauta, em operação, utilizada na preparação das informações financeiras trimestrais, é a moeda corrente do Brasil - Real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. A controlada indireta e a controlada em conjunto sediadas na Holanda, utilizam o dólar norte-americano (US\$) como moeda funcional. As informações financeiras trimestrais das controladas e controlada em conjunto são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.21.1. Conversão de moeda estrangeira

As informações financeiras trimestrais consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão.

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras trimestrais individuais e como informação suplementar às informações financeiras trimestrais, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.24. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico / diluído é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no período.

2.25. Novas normas, alterações e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento; e
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas informações financeiras trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.26. Mudanças nas principais políticas contábeis

Arrendamentos – direitos de uso

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas.

O IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento mudou, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

2.27. Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece a sua receita de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente. Neste sentido, os efeitos decorrentes dos contratos com os clientes somente são registrados quando todos os critérios estabelecidos pela norma são atendidos, incluindo a aprovação do contrato, a identificação dos direitos de cada parte frente aos produtos a serem transferidos e, quando os termos de pagamento são identificáveis e quando se observar que é provável que a Companhia receberá pela contraprestação à qual terá direito em troca dos ativos a serem transferidos ao cliente.

O contrato entre as partes também avalia os produtos prometidos e as respectivas obrigações de desempenho, bem como determina o preço da transação em bases contratuais e suas práticas de mensuração que leva em consideração a contraprestação especificada. Nesse contexto, as receitas referentes à extração de petróleo e gás natural, dentre outros, são reconhecidas quando ocorre a transferência do produto ao cliente e a obrigação definida em contrato é satisfeita. A mencionada mensuração inclui valores fixos e variáveis, os quais são alocados ao preço da transação, considerando a cada obrigação de desempenho, pelo valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência dos produtos prometidos aos clientes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Assim, a receita é reconhecida quando a Companhia satisfaz a obrigação de desempenho que acontece quando o a transferência do bem prometido é efetivada para o cliente. O bem é considerado transferido quando está de posse do cliente, ou seja, quando o cliente tem controle e obtém substancialmente todo os benefícios restantes do ativo em questão

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social e a avaliação e determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os seus efeitos contábeis às novas estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Investimentos atualizados ao custo amortizado

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o seu vencimento. Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía nenhum investimento classificado nesta categoria.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, incluindo valor justo de opção de compra de ações. As notas explicativas 25 e 26 oferecem informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros e sua sensibilidade.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o período, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como diferenças temporais, são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela sua Administração e aprovadas pelos órgãos de governança. Estas projeções e previsões futuras preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas às taxas de câmbio na moeda norte-americana, taxas de inflação, volume de produção dos ativos de hidrocarbonetos, preço do barril de petróleo, gastos exploratórios e compromissos, disponibilidade de licenças, e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das informações financeiras trimestrais é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado (nota explicativa 16). Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados.

Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições, envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração e de seus assessores legais quanto aos resultados das decisões legais.

3.2.5. Estimativas das reservas provadas e de reservas prováveis (amortização de ativo imobilizado e intangível, provisão para abandono e análises de *impairment*)

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis estimadas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas informações financeiras trimestrais como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (nota explicativa 2.9), de sua recuperação quando da sua baixa contábil dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de *impairment* nos ativos de exploração e produção.

A metodologia de cálculo dessa provisão de abandono consiste em estimar, na data base de apresentação, quanto o Grupo desembolsaria com gastos inerentes a desmantelamento das áreas em desenvolvimento e produção naquele momento.

Esta provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões das estimativas na provisão de abandono são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado, sendo os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto), considerados no modelo de apuração da obrigação futura, alocadas diretamente no resultado (nota explicativa 17).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidas ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na nota explicativa 2.8. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações do consórcio.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação nos resultados paga aos colaboradores é baseada na realização de métricas de desempenho individual e da área em que atuam internamente, indicadores financeiros e do resultado da Companhia. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base no resultado apurado e na melhor estimativa das metas atingidas, conforme as diretrizes da Lei nº 10.101/2000, que regulamenta a Participação nos Lucros dos empregados nas empresas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>368</u>	<u>245</u>
Total	<u>368</u>	<u>245</u>

	Consolidado	
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>52.178</u>	<u>51.278</u>
Total	<u>52.178</u>	<u>51.278</u>

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía somente caixa e depósitos bancários a prazo para fazer frente a pagamentos já programados.

b) Aplicações financeiras

	Controladora	
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fundo de investimento exclusivo - renda fixa (ii)	<u>1.808</u>	<u>14.004</u>
Total	<u>1.808</u>	<u>14.004</u>

Circulante	<u>1.808</u>	<u>14.004</u>
------------	--------------	---------------

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Operações Compromissadas e CDBs	75.413	74.645
Fundo de investimento exclusivo multimercado (i):	<u>1.739.312</u>	<u>1.578.377</u>
CDB (pós-fixado CDI)	15.716	15.553
Títulos públicos (LFT/NTN)	1.076.834	825.096
Letras Financeiras (ii)	<u>646.762</u>	<u>737.729</u>
Total	<u>1.814.725</u>	<u>1.653.023</u>
Circulante	<u>1.814.725</u>	<u>1.653.023</u>

i. A controlada Enauta possui fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em um prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investe em cotas de dois fundos exclusivos de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados à variação da taxa Selic e títulos privados indexados à variação da taxa do CDI.

ii. Letras Financeiras dos Bancos ABC, Alfa, Bradesco, BNP, Safra, Itaú, Santander e Votorantim.

c) Rentabilidade

As rentabilidades dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram equivalentes à média de 90,88% da variação da taxa CDI acumulada no período findo em 31 de março de 2020 (98,80% da taxa CDI até 31 de dezembro de 2019).

5. CONTAS A RECEBER

A Enauta tem contrato de longo prazo com vencimento em junho de 2030 para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras do Campo de Manati, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual corrigido pela inflação brasileira, com cláusula de *take or pay*. Em 16 de julho de 2015, foi assinado o aditivo ao referido contrato de venda de gás que previa a compra do volume de 23 bilhões de m³ de gás, que elevou o volume total contratado para toda a reserva do Campo, mantendo-se os demais termos e condições do contrato original.

A controlada Enauta possui um contrato com a Shell para a comercialização da produção do SPA do Campo de Atlanta. As vendas de óleo são Free on Board (FOB) no FPSO, com um mecanismo de preço netback.

Os saldos de contas a receber nos montantes de R\$147.259 e R\$233.643 registrados em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente, referem-se basicamente a:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

- Operações de venda de gás para a Petrobras (R\$27.786 em 31 de março de 2019 e R\$99.937 em 31 de dezembro de 2019), os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. O saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias após a emissão da nota fiscal.

Em 31 de dezembro de 2019 a Petrobras não adquiriu todo o volume contratado que define o take or pay anual. Dessa forma, a Enauta possuía registrado naquela data o valor de R\$6.744 a receber em contrapartida de obrigação firmada pela entrega futura. Produto já retirado pela Petrobras e valor integralmente recebido em fevereiro de 2020.

Em Manati, a produção está suspensa desde fevereiro, por opção comercial da Petrobras, na qualidade de compradora do gás. Desta forma, a Petrobras não adquiriu todo o volume contratado que define o take or pay mensal. A Enauta possui registrado em 31 de março de 2020 o valor de R\$19.992, dos quais 34% encontram-se em discussão com a Petrobras, em contrapartida de obrigação firmada pela entrega futura (conforme nota explicativa 1).

- Parcela da Enauta na venda de óleo do bloco BS-4, para o cliente Shell, por meio de contrato com vencimento em maio de 2021, no montante de R\$99.481 em 31 de março de 2020 e R\$126.524 em 31 de dezembro de 2019, com o prazo médio de recebimento de 45 dias.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não há provisão para perdas esperadas do saldo de contas a receber.

6. CRÉDITOS COM PARCEIROS

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P que são cobrados (“*Cash Calls*”) ou a serem cobrados aos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores à Companhia nos blocos não operados pela Enauta.

Em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$22.480 é correspondente aos aportes da Enauta em razão “*cash calls*” emitidos até 11 de outubro de 2017 devidos pela Dommo e não pagos. Este valor foi calculado nos termos da decisão do Tribunal Arbitral LCIA nº UN173772 (“Tribunal Arbitral”), que condenou a Dommo Energia S.A (“Dommo”) em 29 de janeiro de 2019. Essa decisão é final e vinculante, não sujeita a recursos.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o saldo desta conta é composto também por consorciados não vencidos: R\$59.273 e R\$57.643, respectivamente.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

7. ESTOQUES

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o saldo de estoques é composto como segue:

	Consolidado	
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Óleo	5.791	8.700
Materiais e insumos	<u>819</u>	<u>813</u>
Total	<u>6.610</u>	<u>9.513</u>
Circulante	<u>6.610</u>	<u>9.513</u>

8. PARTES RELACIONADAS

(i) Transações com parte relacionadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, descritas na nota explicativa 11, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Contas a receber Ativo – circulante</u>				
Enauta Energia	1.667	123	-	-
Constellation	-	-	10	14
QGEP B.V.	-	-	106	84
OGX Netherlands (a)	-	-	<u>34.399</u>	<u>25.068</u>
Total	<u>1.667</u>	<u>123</u>	<u>34.515</u>	<u>25.166</u>

	Consolidado	
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Contas a pagar - Passivo – circulante</u>		
Constellation (b)	40	40
AFBV (c)	<u>68.289</u>	<u>60.141</u>
Total	<u>68.329</u>	<u>60.181</u>

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
<u>Resultado</u>		
Despesas gerais e administrativas (b)	<u>27</u>	<u>(17)</u>
Total	<u>27</u>	<u>(17)</u>

- (a) Basicamente, valor a receber da OGX Netherlands B.V referente aos *fundings requests* para aporte na AFBV, vencidos em 04 de julho de 2016, 29 de agosto de 2016, 27 de setembro de 2016, 14 de dezembro de 2016 e 05 de janeiro de 2017 e que foram carregados igualmente pela QGEP Netherlands B.V e pela FR Barra 1 S.à r.l, controladores em conjunto da AFBV junto à OGX Netherlands B.V.. Os valores são em dólares norte-americanos e, portanto, sofrem incidência de variação cambial.
- (b) Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o montante decorre do rateio de despesas pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Serviços de Petróleo Constellation S.A (“Constellation”), atual denominação da Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. (“QGOG”) para contratação de seguros. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% ao mês.
- (c) Referem-se ao contrato de arrendamento de equipamentos subsea (pagamento trimestral) e ao FPSO Petrojarl I, celebrados entre a Enauta e a AFBV. Estes valores são pagos em dólares norte-americanos.

(ii) Garantias e fianças com partes relacionadas

A Companhia outorgou garantia de performance, em favor da ANP, quanto a todas as obrigações contratuais assumidas pela Enauta nos Contratos de Concessões firmados no âmbito da 11ª, 13ª, 14ª e 15ª Rodada de Licitação.

A Enauta possui outorga de fiança para garantir o financiamento contratado junto ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil), conforme mencionado na nota explicativa 15 e para as obrigações.

A Companhia garante através de aval corporativo os empréstimos contratados pela Enauta da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e do BNB, conforme mencionado na nota explicativa 15.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

(iii) Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada e demais benefícios previstos no acordo coletivo), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Benefícios de curto prazo	1.137	978	2.345	1.759
Plano de opção de ações	-	-	-	74

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na nota explicativa 29.

9. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Aplicação financeira - Garantidoras (a)	169.747	168.149
Fundo de abandono (b)	<u>316.365</u>	<u>263.976</u>
Total caixa restrito	<u>486.112</u>	<u>432.125</u>

(a) Garantia para empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 15.

(b) O “fundo de abandono” é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o compromisso de pagamento do abandono do Campo de Manati e do Campo de Atlanta, sendo as regras dos fundos aprovadas pelos consórcios e administradas pelos operadores de cada bloco.

A rentabilidade acumulada do fundo de abandono de Manati foi de 14,48% (saldo acumulado de R\$230.029 – participação Enauta) para o período findo em 31 de março de 2020 (6,72% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) e do fundo de abandono de Atlanta R\$86.336 (R\$65.166 em 31 de dezembro de 2019) foi de 95% do CDI para 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

10.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Antecipação IR e CSLL	-	-	-	-
Imposto retido na fonte (a)	36	240	766	16.639
Saldo negativo IRPJ e CSLL	245	492	18.995	6.351
Crédito PIS/COFINS	-	-	3.409	3.843
ICMS - ativo imobilizado	-	-	293	477
Outros	-	-	315	-
Total	<u>281</u>	<u>732</u>	<u>23.778</u>	<u>27.310</u>
Circulante	<u>281</u>	<u>732</u>	<u>20.174</u>	<u>23.005</u>
Não circulante	=	=	<u>3.604</u>	<u>4.305</u>

10.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
ICMS (b)	-	-	-	4.616
PIS/COFINS (c)	-	9.253	185	12.102
IRRF	65	64	1.446	1.979
IR e CSLL	-	5.435	19.737	4.170
Royalties (d)	-	-	1.015	10.790
Participação especial (d)	-	-	-	1.401
IRRF sobre remessas estrangeira (e)	-	-	4.736	4.736
Outros (f)	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>2.115</u>	<u>3.052</u>
Total – circulante	<u>67</u>	<u>14.754</u>	<u>29.234</u>	<u>42.845</u>

- (a) Refere-se basicamente a IRRF incluindo os créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado "come-cotas", na controlada Enauta.
- (b) Débitos sobre a venda de gás natural do campo de Manati, o mesmo encontra-se líquido dos benefícios fiscais descritos na nota explicativa 19.
- (c) Em 31 de dezembro de 2019, o valor da controladora refere-se ao JCP (juros sobre capital próprio) e no consolidado refere-se, principalmente, aos débitos incidentes sobre a venda de gás natural do campo de Manati.
- (d) Participações governamentais sobre o gás produzido no campo de Manati e sobre o óleo produzido no campo de Atlanta, conforme descrito na nota explicativa 23.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

- (e) O valor refere-se à adesão pelo Operador ao programa instituído pela Lei 13.586/2017 de desistência das ações administrativas e judiciais relativas ao IRRF sobre remessas estrangeiras devido a contratos de aluguel de embarcações (o valor ainda não foi objeto de cash call pelo Operador).
- (f) Basicamente refere-se à retenção de área e tributos retidos sobre serviços prestados.

10.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Lucro antes do IR e CSLL	78.705	50.975	105.651	72.274
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(26.760)	(17.331)	(35.922)	(24.573)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	27.305	17.630	-	-
Prejuízos fiscais não ativados (a)	(552)	(299)	(552)	(299)
Incentivos fiscais (b)	-	-	4.411	926
Compensação de prejuízos fiscais dos anos anteriores	-	-	-	-
Despesas indedutíveis/receita não tributável:	-	-	-	-
Permanentes (c)	-	-	3.212	2.647
Temporais	-	-	-	-
Imposto de renda/contribuição social correntes	-	-	(32.574)	(30)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	-	-	3.724	(21.269)

- (a) Referente a prejuízos fiscais e base negativa. Em 31 de março de 2020 a Companhia possuía prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$4.247 e R\$4.248, respectivamente (em 31 de março de 2019 - R\$31.006 refere-se a prejuízo fiscal e R\$31.006 refere-se à base negativa de contribuição social), sendo que a Companhia não registra ativos diferidos de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade fiscal até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação.
- (b) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações do Campo de Manati.
- (c) Refere-se basicamente ao benefício fiscal da Lei do Bem

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

10.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada Enauta, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em exercícios lucrativos futuros quando efetivamente realizadas.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Composição ativo fiscal diferido</u>		
Amortização da provisão para abandono	97.822	92.153
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	662	1.023
Arrendamento - IFRS 16	15.871	14.571
Provisões diversas	<u>3.536</u>	<u>8.711</u>
Total composição do ativo diferido	<u>117.891</u>	<u>116.458</u>

	<u>Consolidado</u>
<u>Ativo fiscal diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>116.458</u>
Diferenças temporárias geradas por provisões e respectivas reversões:	
Amortização da provisão para abandono	5.669
Arrendamento - IFRS 16	1.300
Provisões diversas - Adições e reversões	<u>(5.536)</u>
Saldo em 31 de março de 2020	<u>117.891</u>

	<u>Consolidado</u>
<u>Passivo fiscal diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(76.177)</u>
Exclusões temporais	<u>(4.207)</u>
Saldo em 31 de março de 2020	<u>(80.384)</u>
<u>Saldo do ativo diferido líquido</u>	<u>37.507</u>

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de março de 2020, o estudo técnico de viabilidade o qual está baseado nas projeções elaboradas em 2020 e aprovadas pela Diretoria. O estudo demonstra a viabilidade da recuperação.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Cronograma esperado de realização do crédito tributário diferido em 31 de março de 2020:

<u>Ativo diferido</u>	
2020	1.434
2021	260
A partir de 2022	<u>116.197</u>
Total	<u>117.891</u>
<u>Passivo diferido</u>	
2020	45.977
2021	4.180
A partir de 2022	<u>30.227</u>
Total	<u>80.384</u>

11. INVESTIMENTOS

11.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do período:

Participação	Nome da controlada	Local de constituição e operação	Participação no capital votante e total detidos
Direta	Enauta Energia S.A.	Brasil	100%
Indireta	QGEP B.V.	Holanda	100%
Indireta	Atlanta Field B.V.	Holanda	30%

11.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Abaixo, dados dos investimentos e as informações financeiras trimestrais para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas diretas e indiretas (em R\$):

	31/03/2020		
	<u>Enauta</u>	<u>QGEP B.V.</u>	<u>AFBV(*)</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1.000	3.000
Percentual de participação	100%	100%	30%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$ (*)</u>
Capital social	2.042.553	151.446	20
Patrimônio líquido	3.033.413	267.241	775.938
Resultado do período	78.406	4.261	13.728
Ativo total	4.818.543	268.802	1.120.563
Passivo total	1.785.130	1.561	996.331
Receita líquida	290.279	-	24.451

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	31/12/2019		
	<u>Enauta</u>	<u>QGEP B.V.</u>	<u>AFBV(*)</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1.000	3.000
Percentual de participação	100%	100%	30%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$ (*)</u>
Capital social	2.042.553	151.446	20
Patrimônio líquido	2.810.324	203.224	590.963
Resultado do período	249.708	(489)	8.954
Ativo total	4.534.457	204.126	864.858
Passivo total	1.724.132	902	841.098
Receita líquida	1.111.670	-	48.549

(*) Valores apresentados referem-se ao total da AFBV.

A movimentação dos investimentos da Companhia apresentada nas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas é como segue:

	31/03/2020	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Enauta</u>	<u>AFBV</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2.810.324</u>	<u>177.289</u>
Plano de opção de ações	(7.160)	-
Ajustes acumulados de conversão	59.755	50.329
Hedge	92.088	-
Resultado de equivalência patrimonial	<u>78.406</u>	<u>5.163</u>
Saldo em 31 de março de 2020	<u>3.003.413</u>	<u>232.781</u>

	31/12/2019	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Enauta</u>	<u>AFBV</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>3.161.351</u>	<u>167.888</u>
Plano de opção de ações	(18.011)	-
Pagamento de dividendos	(470.408)	-
Juros sobre capital próprio (a)	(100.000)	-
Ajustes acumulados de conversão	8.841	7.610
Hedge	(21.157)	-
Resultado de equivalência patrimonial	<u>249.708</u>	<u>1.791</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2.810.324</u>	<u>177.289</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

No dia 16 de abril de 2020, o Conselho de Administração aprovou a distribuição adicional de dividendos intermediários, com base no balanço patrimonial relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, no total de R\$300.000 correspondentes a R\$1,14 por ação, que foram pagos em 28 de abril de 2020 para os acionistas identificados na base acionária na data da aprovação.

- (a) Em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de dezembro de 2019, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R\$100.000 (valor líquido da retenção de IRRF de R\$85.000), a serem imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2019. O valor será pago pela Enauta Energia à Companhia.

12. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação e amortização	Consolidado		
		31/03/2020		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Líquido</u>
<u>Segmento corporativo</u>				
Móveis e utensílios	10%	2.871	(1.841)	1.031
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(4.107)	-
Instalações	11%	1.556	(932)	624
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	4.162	(2.946)	1.216
Imóveis	3%	6.363	(1.022)	5.341
Terrenos	-	174	-	174
Subtotal		<u>19.233</u>	<u>(10.848)</u>	<u>8.385</u>
<u>Segmento de <i>upstream</i></u>				
Gastos com exploração de recursos naturais (i)		16.844	(15.416)	1.428
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - BS-4 (ii) e (iii)		961.165	(419.250)	541.915
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - Manati (ii)		<u>1.074.399</u>	<u>(896.369)</u>	<u>178.030</u>
Subtotal		<u>2.052.408</u>	<u>(1.331.035)</u>	<u>721.373</u>
Total		<u>2.071.641</u>	<u>(1.341.883)</u>	<u>729.758</u>

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	Taxa de depreciação e amortização	Consolidado		
		31/12/2019		
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido
<u>Segmento corporativo</u>				
Móveis e utensílios	10%	2.872	(1.769)	1.103
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(4.107)	-
Instalações	11%	1.556	(888)	668
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	3.797	(2.846)	951
Imóveis	3%	6.363	(978)	5.385
Terrenos	-	174	-	174
Subtotal		<u>18.869</u>	<u>(10.588)</u>	<u>8.281</u>
<u>Segmento de upstream</u>				
Gastos com exploração de recursos naturais (i)		16.844	(15.346)	1.498
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - BS-4 (ii) e (iii)		916.888	(346.532)	570.356
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - Manati (ii)		<u>1.007.641</u>	<u>(890.027)</u>	<u>117.614</u>
Subtotal		<u>1.941.373</u>	<u>(1.251.905)</u>	<u>689.468</u>
Total		<u>1.960.242</u>	<u>(1.262.493)</u>	<u>697.749</u>

(i) Referentes a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, os quais já estão em fase de produção.

(ii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (nota explicativa 23(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

(iii) Em 31 de março de 2020, foram capitalizados ao imobilizado R\$38.964 de encargos financeiros referentes ao financiamento do FINEP. As taxas dos financiamentos relacionadas encontram-se descritas na nota explicativa 15.

Custo	Consolidado					Total
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás B-S-4	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	
Saldo em 31/12/2018	<u>18.233</u>	=	<u>16.844</u>	<u>715.327</u>	<u>975.380</u>	<u>1.725.784</u>
(+) Adições do exercício	636	-	-	202.332	(a) 32.261	(b) 235.229
(-) Baixas do exercício	-	-	-	(771)	(c) -	(771)
Saldo em 31/12/2019	<u>18.869</u>	=	<u>16.844</u>	<u>916.888</u>	<u>1.007.641</u>	<u>1.960.242</u>
(+) Adições do período	364	-	-	44.277	(a) 66.758	(b) 111.399
(-) Baixas do período	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2020	<u>19.233</u>	=	<u>16.844</u>	<u>961.165</u>	<u>1.074.399</u>	<u>2.071.641</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as principais adições e baixas de imobilizado no exercício referem-se a: (a) adições ao BS-4, incluindo despesas de desenvolvimento do 3º poço, (b) adições no Campo de Manati (c) R\$ 771 referentes à baixa do Campo de Oliva.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Em 31 de março de 2020 as principais adições e baixas de imobilizado no período referem-se a: (a) adições ao BS-4, incluindo despesas de desenvolvimento do 3º poço e (b) adições no Campo de Manati.

<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Depreciação imobilizado corporativo</u>	<u>Amortização gastos com exploração de recursos naturais</u>	<u>Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo- BS-4</u>	<u>Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás- Manati</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2018	<u>(9.755)</u>	<u>(14.824)</u>	<u>(108.022)</u>	<u>(854.760)</u>	<u>(987.361)</u>
(-) Adições do exercício	(833)	(522)	(238.510)	(35.267)	(275.132)
(+) Baixas do exercício	—	—	—	—	—
Saldo em 31/12/2019	<u>(10.588)</u>	<u>(15.347)</u>	<u>(346.532)</u>	<u>(890.027)</u>	<u>(1.262.493)</u>
(-) Adições do período	(260)	(69)	(72.717)	(6.343)	(79.390)
(+) Baixas do período	—	—	—	—	—
Saldo em 31/03/2020	<u>(10.848)</u>	<u>(15.416)</u>	<u>(419.250)</u>	<u>(896.369)</u>	<u>(1.341.883)</u>

13. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	<u>Taxa de Depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/03/2020</u>
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	250.709	(17.687)	233.022
Bônus de assinatura (ii) (iii)	-	162.110	-	162.110
Software	20%	<u>8.311</u>	<u>(7.913)</u>	<u>398</u>
Total		<u>421.130</u>	<u>(25.600)</u>	<u>395.530</u>

	Consolidado			
	<u>Taxa de Depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	250.709	(13.789)	236.920
Bônus de assinatura (ii)	-	162.110	-	162.110
Software	20%	<u>8.410</u>	<u>(7.849)</u>	<u>561</u>
Total		<u>421.228</u>	<u>(21.637)</u>	<u>399.590</u>
Qq2q2				

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Custo e amortização	Consolidado			
	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	Total
Saldo em 31/12/2018	<u>246.740</u>	<u>159.754</u>	<u>291</u>	<u>406.785</u>
(+) Adições (custo)	-	2.356	600	2.956
(-) Baixas (custo)	-	-	(108)	(108)
(-) Adições (amortização)	<u>(9.820)</u>	<u>-</u>	<u>(228)</u>	<u>(10.047)</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>236.920</u>	<u>162.110</u>	<u>556</u>	<u>399.590</u>
(+) Adições (custo)	-	-	-	-
(-) Baixas (custo)	-	-	(91)	(91)
(-) Adições (amortização)	<u>(3.898)</u>	<u>-</u>	<u>(67)</u>	<u>(3.965)</u>
Saldo em 31/03/2020	<u>233.022</u>	<u>162.110</u>	<u>398</u>	<u>395.530</u>

- (i) Refere-se aos direitos de participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.709. A amortização teve início em maio de 2018.
- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP, os quais não estão sendo amortizados, pois se referem às áreas de concessão em fase exploratória (nota explicativa 23).
- (iii) A controlada Enauta Energia em parceria com a ExxonMobil Exploração Brasil Ltda. (“ExxonMobil”) e com a Murphy Exploration & Production Company (“Murphy Oil”) adquiriu, em 10 de setembro de 2019, participação em três blocos no primeiro ciclo da Oferta Permanente de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Os blocos adquiridos, SEAL-M-505, SEAL-M-575 e SEAL-M-637, estão localizados em torno de 120 km de distância da costa, em águas ultra profundas na Bacia de Sergipe-Alagoas, com área total de aproximadamente 2.250 km². A Enauta Energia adquiriu 30% de participação nos três blocos, em parceria com a ExxonMobil, operadora com 50% de participação, e a Murphy Oil, com 20%. Estes blocos são adjacentes aos demais blocos detidos pelo mesmo consórcio. O valor total dos bônus de assinatura para estes blocos exploratórios é de R\$7.852, R\$2.356 líquidos para a Enauta Energia

14. ARRENDAMENTOS

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, o Grupo, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

O Grupo aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem prospectiva, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste nos saldos de abertura. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

b) Como arrendatário

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, o Grupo optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Como arrendatário, o Grupo classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, o Grupo reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, o Grupo optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa ou custo pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

c) Impacto na transição:

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia divulgou a estimativa inicial dos efeitos da implementação do IFRS 16. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou a atualização dos contratos, a qual acarretou aumento do valor do impacto do IFRS 16, conforme demonstrado na tabela abaixo. Abaixo, segue composição no período findo em 31 de março de 2020:

	Consolidado		
		<u>1º trimestre</u>	
	<u>31/03/2020</u>		<u>31/12/2019</u>
Equipamentos	894.654	-	894.654
Imóveis	3.245	-	3.245
Amortização acumulada	<u>(226.740)</u>	<u>(56.486)</u>	<u>(170.254)</u>
Total – ativos direito de uso	<u>671.159</u>	<u>(56.486)</u>	<u>727.645</u>
Arrendamentos a pagar	1.124.031	-	1.124.031
Pagamentos	<u>(254.790)</u>	<u>(67.225)</u>	<u>(187.565)</u>
Ajuste a valor presente	<u>(151.403)</u>	<u>14.560</u>	<u>(165.963)</u>
Passivos de arrendamento	<u>717.838</u>	<u>(52.665)</u>	<u>770.503</u>

d) Impactos no período:

As amortizações dos direitos de uso dos bens contabilizados são de acordo com a vigência de cada contrato, respeitando os respectivos períodos de utilização.

Em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, o Grupo reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional. Não houve pagamentos variáveis referente aos contratos de leasings reconhecidos. Vide abaixo a movimentação do período:

<u>Ativo de arrendamento</u>	Consolidado		
	<u>Equipamentos</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>724.691</u>	<u>2.956</u>	<u>727.646</u>
Amortização	<u>(56.310)</u>	<u>(175)</u>	<u>(56.485)</u>
Adições e Exclusões de Contratos	-	-	-
Atualização Encargos Financeiros	-	-	-
Saldo em 31 de Março de 2019	<u>668.380</u>	<u>2.780</u>	<u>671.160</u>

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

<u>Passivo de arrendamento</u>	<u>Consolidado</u>		
	<u>Arrendamentos a pagar</u>	<u>AVP</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de Janeiro de 2019	<u>936.466</u>	<u>(165.963)</u>	<u>770.503</u>
Pagamentos	<u>(67.225)</u>	-	<u>(67.225)</u>
Reconhecimento AVP (“ <i>Accrediton</i> ”)	-	33.328	33.328
Atualização Encargos Financeiros	-	<u>(18.768)</u>	<u>(18.768)</u>
Saldo em 31 de Março de 2019	<u>869.241</u>	<u>(151.403)</u>	<u>717.836</u>

e) Crédito PIS e COFINS:

	<u>31/03/2020</u>	
	<u>Valor nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	231.349	190.339
Pis/Cofins Potencial 9,25%	21.400	17.606

	<u>31/12/2019</u>	
	<u>Valor nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	225.782	183.466
Pis/Cofins Potencial 9,25%	20.885	16.971

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de avaliação, exploração e desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural.

	31/03/2020	31/12/2019	Consolidado		
			Encargos	Forma de pagamento – juros	Vencimento
<u>Moeda nacional</u>					
BNB - Banco do Nordeste	<u>114.219</u>	<u>116.167</u>	4,71% a.a. + bônus de adimplência de 15%	Mensal	Até Set/2026
FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos: Subcrédito A	<u>60.370</u>	<u>64.756</u>	Subcrédito A: 3,5% a.a	Mensal	Até Set/2023
Subcrédito B	<u>67.256</u>	<u>72.000</u>	Subcrédito B: TJLP + (5% a.a - 6,5% a.a) (a)	Mensal	Até Set/2023
	<u>127.626</u>	<u>136.756</u>			
Total	<u>241.845</u>	<u>252.924</u>			
Circulante	<u>49.569</u>	<u>47.149</u>			
Não circulante	<u>192.276</u>	<u>205.775</u>			
Total consolidado – Saldo bruto (b)	<u>241.845</u>	<u>252.924</u>			
Custo do empréstimo FINEP	<u>(924)</u>	<u>(990)</u>			
Saldo consolidado líquido	<u>240.921</u>	<u>251.934</u>			

Em março de 2020 a TJLP foi de 5,09% a.a. (5,57% a.a em dezembro de 2019).

- (a) Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito A incidirão juros compostos de 3,5% ao ano, *pro rata tempore*.

Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito B incidirão juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 6,5% ao ano.

- (b) Saldo não inclui o custo de captação do empréstimo no valor de R\$924 em 31 de março de 2020 (R\$990 em 31 de dezembro de 2018). Este valor é retido no momento da liberação do crédito.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo bruto do custo de empréstimo 31/12/2018	<u>291.079</u>
(+) Adições de juros	13.379
(-) Amortização de principal	(38.344)
(-) Amortização de juros	(13.190)
Saldo bruto do custo de empréstimo	<u>252.924</u>
(-) Custo do empréstimo FINEP	(990)
Saldo final em 31/12/2019	<u>251.934</u>
Saldo bruto do custo de empréstimo 31/12/2019	<u>252.924</u>
(+) Adições de juros	2.882
(-) Amortização de principal	(11.048)
(-) Amortização de juros	(2.913)
Saldo bruto do custo de empréstimo	<u>241.845</u>
(-) Custo do empréstimo FINEP	(924)
Saldo final em 31/03/2020	<u>240.921</u>

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

<u>Vencimentos</u>	<u>31/03/2020</u>
2020	35.595
2021	53.471
2022	51.917
2023 a 2026	<u>100.386</u>
Total	<u>241.370</u>

De acordo com os termos do contrato da FINEP, o principal da dívida deve ser pago em 85 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorreu em 15/09/2016 e as demais em igual dia dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15/09/2023. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. O empréstimo é garantido através de aval corporativo pela Companhia.

De acordo com os termos do contrato do BNB, o principal da dívida deve ser pago em 84 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 20/10/2019 e as demais em meses subsequentes, ocorrendo a última em 29/09/2026. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. Durante todo tempo do contrato a Companhia manterá pelo menos 3 prestações mensais desta operação, compreendendo principal e encargos, tomada como referência mínima a maior prestação devida, em conta reserva (nota explicativa 10). Caso os três projetos envolvidos na dívida BNB sejam descontinuados e devolvidos à ANP, o contrato prevê a aceleração da amortização desta dívida em, no mínimo, 24 parcelas mensais, sendo que a última parcela não poderá ultrapassar setembro de 2022.

16. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda judicial), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas informações financeiras trimestrais referentes a 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

16.1. Processos judiciais não provisionados

Os processos considerados como de perda possível que não foram provisionados nas informações financeiras trimestrais são:

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A Execução Fiscal nº 0087249-25.2010.805.0001, decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22/11/2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$575 (participação da Enauta).

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

O Auto de Infração nº 2009-014426/TEC/AIMU0265 foi lavrado em razão do descumprimento da condicionante 1 e cumprimento parcial das condicionantes 2, 6 e 7 da estabelecidas pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) em Portaria RA 8050 de 30 de março de 2007 com vistas a obter a Licença Ambiental para construir gasoduto. A contingência atualizada tem valor de R\$134 (participação da Enauta).

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

O Auto de Infração nº 409516-D foi lavrado em razão de suposto arraste de duto e destruição da Laje do Machadinho. A contingência atualizada tem valor atualizado de R\$ 9.861 (participação da Enauta).

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

O processo administrativo nº 02006.001664/2007-46 foi aberto em razão da lavratura do Auto de Infração nº 409516-D instaurado pelo IBAMA em 2007. Trata-se de ação decorrente do arraste de gasoduto do Campo de Manati sobre a região denominada Laje do Machadinho (BA), fato este que teria causando danos ambientais no local. A contingência atualizada tem valor de R\$9.816 (participação da Enauta).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia – Superintendência de Administração Tributária (SAT)

O auto de infração nº 206983.0004/15-5 foi lavrado pela Superintendência de Administração Tributária da SEFAZ/BA, em razão do suposto cometimento das seguintes infrações: (i) utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas para integrar o ativo permanente do estabelecimento; (ii) utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento; (iii) utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadoria(s) adquirida(s) com pagamento de imposto por substituição tributária; e (iv) omissão na prestação de informações relacionadas a lançamentos efetuados na EFD. A contingência atualizada tem valor de R\$3.072 (participação da Enauta).

ICMS

Aproveitamento de crédito de ICMS nas aquisições de mercadorias (combustíveis) como insumos para as embarcações afretadas no exercício de 2007 a 2009. A questão envolve processos em fase administrativa, onde a Companhia está verificando a assertividade do valor e acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. No tocante à participação da Enauta, os valores em discussão, montam aproximadamente R\$6.562.

IRRF, PIS, COFINS e CIDE sobre afretamento

Não recolhimento de impostos e contribuições sobre remessas ao exterior para o pagamento de afretamento no exercício de 2008 a 2013. Nos exercícios de 2008 e 2009 referem-se ao não recolhimento de IRRF e CIDE. Já nos anos de 2010 a 2013 referem-se ao não recolhimento de IRRF, CIDE, PIS e COFINS. A questão envolve processos em fase administrativa, onde a Companhia está acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. Em relação ao IRRF, o Operador optou pelo pagamento especial previsto na Lei nº 13.586/2017, artigo 3º, o que resultou na obrigatória desistência (parcial) dos processos que tinham por objeto os débitos deste imposto, conforme descrito na nota explicativa 10.2 (f). Os processos permanecem em trâmite para discutir os recolhimentos de PIS, COFINS e CIDE. Com relação à participação da Enauta, os valores que permanecem em discussão referentes aos afretamentos realizados em 2008 a 2013, montam aproximadamente a R\$59.811.

16.2. Processos judiciais – recuperação de tributos

Exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS

Em 2014 a Companhia entrou com ação judicial questionando a constitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS e pleiteando a restituição do valor recolhido.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento, na sistemática de repercussão geral, com decisão favorável aos contribuintes, a fim de garantir os direitos de exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da COFINS. Embora a questão do mérito tenha sido resolvida, permanece pendente a decisão acerca da modulação temporal de efeitos, pedido feito pelo fisco em sede de Embargos de Declaração, o que impossibilita a Companhia precisar o valor do crédito a ser recuperado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Em 2018, o Tribunal Regional Federal da 2ª região julgou favorável os argumentos apresentados pela Companhia, e com base nesta decisão, na do STF e nas opiniões legais dos consultores jurídicos, a mesma deixou de incluir o ICMS nas bases de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS a partir deste período.

A Sociedade vem monitorando o caso, levantando a documentação necessária e realizando reuniões com os advogados para garantir o nível máximo de realização dos créditos fiscais. No entanto, para se beneficiar do crédito relativo ao período de 2011 a 2017, aguarda-se o transitado em julgado do processo.

17. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono foram revisadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme notas explicativas 2.8 e 3.2.5. Nesse sentido, a provisão constituída reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, a: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção, e (iii) outros custos inerentes.

Os custos com abandono foram projetados com base em uma inflação média da indústria de 2,8% ao ano (em dólares norte-americanos) até a data esperado do efetivo abandono, e foram trazidos a valor presente por uma taxa livre de risco em dólares norte-americanos, para ativos brasileiros, de 5,4% ao ano.

A movimentação da provisão para abandono no período findo em 31 de março de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>208.999</u>
Atualização de provisão – 3º poço - Atlanta	<u>23.128</u>
Variação cambial e outros, líquidos	<u>48.815</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>280.942</u>
Variação cambial e outros, líquidos	<u>99.721</u>
Saldo em 31 de março de 2020	<u>380.663</u>

A Companhia, juntamente com seus parceiros, reavalia anualmente as estimativas de provisão de abandono de seus campos (Manati e Atlanta). Em 21 de junho de 2019, a Companhia anunciou o início da produção do 3º poço de Atlanta e com isso foi registrada a provisão de abandono no montante de R\$23.128.

A análise reflete a revisão prospectiva dos principais gastos de abandono à luz das novas tecnologias existentes e do novo patamar de custos dos prestadores de serviço para a indústria de óleo e gás.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

18. OBRIGAÇÕES DE CONSÓRCIOS

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
PEM a pagar	<u>57.922</u>	<u>57.922</u>
Total	<u>57.922</u>	<u>57.922</u>
Circulante	=	=
Não circulante	<u>57.922</u>	<u>57.922</u>

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$57.922 refere-se a adiantamentos de PEM (Programa exploratório mínimo) recebidos dos sócios dos blocos PAMA-M-265 e PAMA-M-337.

19. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Receita bruta	<u>302.967</u>	<u>228.429</u>
PIS	(1.058)	(1.564)
COFINS	(4.871)	(7.202)
ICMS	(8.448)	(12.472)
Crédito presumido ICMS (*)	1.689	2.494
Descontos - reduções contratuais	-	(2.392)
Total de deduções	<u>(12.687)</u>	<u>(21.137)</u>
Receita líquida	<u>290.279</u>	<u>207.293</u>

(*) Benefício fiscal de ICMS, conforme nota explicativa 2.17.2 - Reserva de incentivos fiscais.

20. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

20.1. Custos

	Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Custos de extração	(53.611)	(53.263)
Royalties e participação especial	(20.398)	(16.583)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-
Amortização e depreciação	<u>(135.675)</u>	<u>(77.781)</u>
Total	<u>(209.684)</u>	<u>(147.627)</u>

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

20.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Pessoal	(1.138)	(979)
Serviços contratados de terceiros	(199)	(160)
Impostos e taxas	(50)	(50)
Anúncios e publicações	(273)	(230)
Outras despesas	(1)	(9)
Total	<u>(1.661)</u>	<u>(1.428)</u>

	Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Pessoal (a)	(13.383)	(6.747)
Serviços contratados de terceiros	(3.988)	(3.745)
Seguros	(145)	(1.105)
Impostos e taxas	(1.127)	(233)
Anúncios e publicações	(554)	(594)
Serviços compartilhados	27	(17)
Amortização e depreciação	(481)	(506)
Manutenção	(578)	(628)
Locação	(194)	(167)
Outras despesas	(1.127)	(327)
Alocação de projetos E&P (b)	<u>10.917</u>	<u>12.433</u>
Total	<u>(10.633)</u>	<u>(1.636)</u>

- (a) Em 2019 a Companhia reverteu o montante de R\$12.437 referente a planos de opções de ações vencidos, conforme mencionado na nota explicativa 26.

Em 31 de março de 2020, a Companhia reverteu o montante de R\$8.281 referente ao plano de opções de ações outorgado em 11 de março de 2013, conforme mencionado na nota explicativa 26.

- (b) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas aos blocos operados pela Enauta, relacionado aos seus parceiros não operadores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

21. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

	Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Baixa de blocos	(217)	(21)
Aquisição / processamento de sísmica	(241)	(1.852)
Gastos com geologia e geofísica	(26)	(347)
Penalidades contratuais de conteúdo local (a)	(445)	-
Despesas gerais e administrativas	(3.075)	(1.574)
Segurança, meio-ambiente e saúde	(110)	(99)
Serviços de perfuração	(9.498)	(3.270)
Outros	<u>(1.075)</u>	<u>(764)</u>
Total	<u>(14.687)</u>	<u>(7.927)</u>

- (a) Através de Ofícios da ANP, as companhias consorciadas nos blocos exploratórios BM-CAL-5 e BM-S-76 tomaram conhecimento de multas a título de penalização por não cumprimento dos valores acordados em Contrato de Concessão referente a Conteúdo Local. O Operador dos Consórcios apresentará Defesa Administrativa junto à ANP no devido prazo legal. Tal defesa contempla, dentre outros pontos, a suspensão desse processo, diante da possibilidade de realização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Com as informações acima, a Enauta provisionou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$26.413 referente a sua participação nas multas (22,46% - BM-CAL-5 e 20% - BM-S-76). No período findo em 31 de março de 2020 a empresa registrou o montante de R\$445 referente a atualização do valor contabilizado em 2019 e está aguardando a finalização do Processo Administrativo.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Rendimento das aplicações financeiras (*)	61	569
Outras receitas e despesas financeiras	(2)	(20)
Total	<u>59</u>	<u>549</u>

	Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Rendimento das aplicações financeiras (*)	47.072	34.982
Outras receitas e despesas financeiras	(112)	(11.221)
AVP Direito de uso - IFRS 16	(14.560)	(3.458)
Variação cambial ativa	24.970	(1.567)
Variação cambial passiva	(6.040)	(4.159)
Outros	(4.482)	(2.037)
Total	<u>46.960</u>	<u>23.761</u>

Em 2019 o montante das despesas de PIS e COFINS sobre rendimentos financeiros foram reclassificados para a conta de Outras Receitas e Despesas Operacionais para melhor apresentação dos saldos.

(*) Refletem receitas financeiras tais como remuneração da taxa CDI para títulos privados, remuneração da variação da taxa SELIC para títulos públicos e variação da moeda corrente norte-americana para fundo cambial no primeiro trimestre do ano anterior.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

23. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO
DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Produção e desenvolvimento	Camamu Almada	Manati (BCAM-40)	06/08/1998	Petrobras (operador) Enauta Energia Geopark Brasoil	35 45 10 10
	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4)	06/08/1998	Barra Energia Enauta Energia (operador)	50 50
Exploração	Camamu - Almada	CAL-M-372	24/11/2004	Petrobras (operador) Enauta Energia OP Energia	60 20 20
	Foz do Amazonas	FZA-M-90	30/08/2013	Enauta Energia (operador)	100
	Pará-Maranhão	PAMA-M-265	30/08/2013	Enauta Energia (operador)	100
	Pará-Maranhão	PAMA-M-337	30/08/2013	Enauta Energia (operador)	100
	Ceará	CE-M-661	30/08/2013	Enauta Energia Total (operador) Premier	25 45 30
	Espírito Santo	ES-M-598	30/08/2013	Enauta Energia Statoil Brasil (operador) Petrobras	20 40 40
	Espírito Santo	ES-M-673	30/08/2013	Enauta Energia Statoil Brasil (operador) Petrobras	20 40 40
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-351	23/12/2015	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-428	23/12/2015	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-501	29/01/2018	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-503	29/01/2018	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-430	07/11/2018	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-573	07/11/2018	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-505	14/02/2020	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador)	30 50

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
				Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-575	14/02/2020	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-637	14/02/2020	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20

Os prazos de concessão dos direitos nestes blocos são de 27 anos a partir da data da declaração de comercialidade. Na fase exploratória os prazos são definidos no respectivo Contrato de Concessão.

O quadro a seguir demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Garantia para o				Taxa de retenção de área por km² (Valores em Reais)				
Bloco/campo	PEM (% Enauta)	Ano do contrato	Bônus de assinatura (%Enauta)	Área km²	Royalties	Exploração	Desenvolvimento	Produção
	MM R\$		R\$ mil					
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100	200	1.000,00
CAL-M-372	7,3	2004	562	745,031	10%	239	478	2.390,00
FZA-M-90	108,3	2013	18.945	768,500	10%	63,66	127,32	636,60
PAMA-M-265	1,4	2013	3.020	766,300	10%	218,91	437,82	2189,10
PAMA-M-337	108,4	2013	35.206	769,300	10%	218,91	437,82	2189,10
CE-M-661	27,0	2013	10.116	760,900	10%	656,73	1313,46	6567,3
ES-M-598	37,8	2013	14.182	769,300	10%	95,49	190,98	954,90
ES-M-673	4,9	2013	12.562	507,2	10%	95,49	190,98	954,9
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	1998	-	199,6	7,8%	200	400	2.000,00
SEAL-M-351	3,5	2015	19.158	756,86	10%	875,73	1.751,46	8.757,30
SEAL-M-428	3,6	2015	10.843	746,24	10%	875,73	1.741,46	8.757,30
SEAL-M-501	-	2018	18.847	753,799	10%	1.668,11	3.336,22	16.681,11
SEAL-M-503	9,1	2018	14.136	754,598	10%	278,02	556,03	2.780,17
SEAL-M-430	9,1	2018	1.189	755,236	10%	205,36	410,72	1.848,24
SEAL-M-573	5,3	2018	1.189	755,946	10%	205,36	410,72	1.848,24
SEAL-M-505	2,8	2020	810	754,598	10%	752,1	1.504,2	6.768,9
SEAL-M-575	2,8	2020	933	753,946	10%	752,1	1.504,2	6.768,9
SEAL-M-637	3,2	2020	612	753,279	10%	752,1	1.504,2	6.768,9
Total	334,5		162.310					

Em 31 de março de 2020, o compromisso remanescente relativo a Programas Exploratórios Mínimos ("PEM") das concessões mencionadas na tabela acima, anteriores à Rodada 11 de licitação da ANP, compreende a perfuração de 1 poço pioneiro, no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), prevista para ser iniciada após a obtenção da licença ambiental, prevista para 2021.

Nos blocos adquiridos na Rodada 11 há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZA-M-90, CE-M-661, PAMA-M-337 e ES-M-598, com as operações de perfuração previstas para serem realizadas a partir de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Nos blocos adquiridos nas Rodadas 13, 14, 15 e no Primeiro Ciclo da Rodada Permanente, não há o compromisso de perfuração de poço. (Blocos: SEAL-M-351, SEAL-M-428, SEAL-M-430, SEAL-M-501, SEAL-M-503 e SEAL-M-573, SEAL-M-505, SEAL-M-575 e SEAL-M-637).

A controlada Enauta detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de abandono de suas instalações.

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a Enauta:

- Royalties – O Preço de referência do petróleo, a partir de janeiro de 2018, é regulamentado pela Portaria ANP nº 703/2017, e é apurado com base nas características físico-químicas e comerciais da corrente de petróleo a que cada área estiver vinculada. O valor é divulgado mensalmente pela ANP. Já o Preço de referência do gás natural é regido sob as normas da Resolução ANP nº 40/2009 que determina que nos casos em que a exploração comercial do campo ocorrer sob a forma de consórcio, o preço será calculado a partir da média ponderada dos preços de venda do gás natural pelos volumes comercializados. Para Manati, os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência (condensado) e da média ponderada da venda (gás natural), desde o início da produção da área de concessão. Em relação a Atlanta, o recolhimento corresponde a 7,8% do valor de referência tanto para o óleo vendido quanto para o gás consumido. No período findo em 31 de março de 2020 foram provisionados R\$20.398 (R\$16.434 em 31 de dezembro de 2019) de royalties referentes à produção do campo Manati e BS-4 em 2019, dos quais R\$1.015 (R\$10.790 em 31 de dezembro de 2019) permanecem no passivo a pagar naquela data. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.
- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997 constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto nº 2705/98, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No período findo em 31 de março de 2020 não foi registrado valor de participação especial na demonstração do resultado como custos assim como no balanço patrimonial (R\$1.401 em 31 de dezembro de 2019).
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foi provisionado o montante de R\$645 para o período findo em 31 de março de 2020, registrado na demonstração do resultado como custos operacionais e custos exploratórios (R\$650 em 31 de março de 2019).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

b) Informações sobre as reservas

As reservas provadas de gás e óleo da controlada Enauta foram apresentadas de acordo com os conceitos definidos pela Petroleum Resources Management System (PRMS), o qual foi aprovado pela Society of Petroleum Engineers, World Petroleum Council, American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers em março de 2007 e revisado em junho de 2018.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás e óleo que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios, podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada para o Campo de Manati está apresentada conforme abaixo:

	Volume total de gás (MMm ³)*
Reserva Provada de 100% da participação em 31/12/2019 (conforme relatório Gaffney, Cline & Associates - GCA)	4.010
Produção do primeiro trimestre de 2020	(181)
Reserva Provada de 100% da participação em 31/03/2020	<u>3.829</u>

(*) não revisado pelos auditores independentes

A reserva de óleo estimada para o campo de Atlanta está apresentada conforme abaixo:

	Volume total de óleo (MMbbl)*
Reserva Provada de 100% da participação em 31/12/2019 (conforme relatório Gaffney, Cline & Associates - GCA)	<u>16,4</u>
Produção do primeiro trimestre de 2020	(2,0)
Reserva Provada de 100% da participação em 31/12/2020	<u>14,4</u>

(*) não revisado pelos auditores independentes

c) Garantias

Em 31 de março de 2020, o Grupo possui garantias, através de seguro garantia cujo a beneficiária é a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis - ANP no total de R\$424.969 (R\$427.185 em 31 de dezembro de 2019). Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração no montante de R\$334.535 (R\$336.751 em 31 de dezembro de 2019) e desenvolvimento do Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$90.434 (mesmo montante em 31 de dezembro de 2019).

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

24. COMPROMISSOS

Em 31 de março de 2020, o Grupo possuía compromissos contratados para fornecimento e operação de materiais e equipamentos, incluindo arrendamento de embarcações, bem como compromissos junto a prestadores de serviços de consultoria técnica, com vencimentos diversos, para a campanha exploratória e de desenvolvimento conforme o seguinte cronograma financeiro:

	Consolidado (*)		
	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022 em diante</u>
Total de compromissos	<u>171.452</u>	<u>124.709</u>	<u>270.089</u>

(*) Este montante representa a participação da Enauta nos consórcios por ela operados.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos e opções de venda de óleo.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração, que visa mitigar eventos que possam afetar adversamente sua geração de caixa e flexibilidade financeira.

Seguindo a política mencionada acima a Administração da Companhia possuía opção de venda de parte de sua produção de petróleo estimada como firme para os próximos 12 meses equivalente a 780 mil barris, a um valor de US\$56 por barril. O custo médio da compra destas opções de venda (PUT asiática trimestral) foi de US\$2,9 por barril.

<u>Janela de exercício</u>	<u>Opções de venda</u>
01/04/2020 a 30/06/2020	390.000
01/07/2020 a 30/09/2020	260.000
01/10/2020 a 31/12/2020	<u>130.000</u>
	<u>780.000</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia optou por fazer hedge accounting no valor justo das opções de venda, entendendo que esta seja a melhor forma de demonstrar a operação efetuada.

O resultado do exercício findo em 31 de março de 2020 foi impactado positivamente em R\$13.413, resultado do exercício da opção de venda de 360 mil barris a um preço de US\$58 por barril.

Pelas métricas de contabilidade de hedge adotadas pela Companhia, este valor foi reconhecido na linha de receita operacional, juntamente com o prêmio das opções vencidas no trimestre, no valor de R\$2.707, gerando um impacto líquido positivo na receita de R\$10.706.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	31/03/2020			
	Controladora		Consolidado	
	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>Justo</u>	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>Justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Caixa restrito	-	-	486.112	486.112
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	368	368	27.969	27.969
Contas a receber (i)	-	-	147.259	147.259
Partes relacionadas	-	-	34.515	34.515
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (ii)	1.808	1.808	1.814.725	1.814.725
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	384	384	125.869	125.869
Partes relacionadas	-	-	68.329	68.329
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	240.921	240.921

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	31/12/2019			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Caixa restrito	-	-	432.125	432.125
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	245	245	51.278	51.278
Contas a receber (i)	-	-	233.643	233.643
Partes relacionadas	-	-	25.166	25.166
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (ii)	15.298	15.298	1.653.023	1.653.023
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	101	101	125.201	125.201
Partes relacionadas	85.123	85.123	60.181	60.181
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	251.934	251.934

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas.

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Nível 2 - Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2 para estes instrumentos financeiros:

- (i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	<u>384</u>	<u>384</u>
Total	<u>384</u>	<u>384</u>

	Consolidado				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	Até 1 ano	Até 10 anos	Total
Fornecedores	124.648	7	1.214	-	125.869
Partes relacionadas	-	-	68.329	-	68.329
Empréstimos e financiamentos	-	-	<u>49.569</u>	<u>191.352</u>	<u>240.921</u>
Total	<u>124.648</u>	<u>7</u>	<u>119.112</u>	<u>191.352</u>	<u>435.119</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato de as vendas da Companhia serem realizadas basicamente à Petrobras (32,4% em 31 de março de 2020 e 45,7% em 31 de dezembro de 2019) e Shell (67,6% em 31 de março de 2020 e 54,2% em 31 de dezembro de 2019). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato de a maior parte das transações ser com apenas dois clientes, representa risco de crédito não relevante, pois historicamente não possui inadimplência ou atrasos. No exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram registradas perda com créditos junto aos clientes.

O risco de crédito nas operações com os consorciados e consórcios encontra-se descrito na nota explicativa 6.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais e atividades de financiamento (empréstimos e financiamentos) para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada, enquanto parcela dos empréstimos e financiamentos estão atrelados à TJLP.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

<u>Operação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2020</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário</u> <u>provável (a)</u>	<u>Cenário I -</u> <u>deterioração</u> <u>de 25%</u>	<u>Cenário II -</u> <u>Deterioração</u> <u>de 50%</u>
CDI anual em 31 de março de 2020					
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante) – efetivo	1.814.726	Redução do CDI	3,65%	2,74%	1,83%
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2020		Redução do CDI	1.880.963	1.863.800	1.846.636
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras – estimado					
Receita estimada em 31 de dezembro de 2020			66.237	49.074	31.910
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020			-	(17.164)	(34.328)

Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com o site da CETIP do dia 4 de maio de 2020.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2020</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário</u> <u>provável (a)</u>	<u>Cenário I -</u> <u>deterioração</u> <u>de 25%</u>	<u>Cenário II -</u> <u>Deterioração</u> <u>de 50%</u>
CDI anual em 31 de março de 2020					
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2020	486.112		3,65%	2,74%	1,83%
Caixa restrito - estimado em 31 de dezembro de 2020		Redução do CDI	503.855	499.257	494.660
Receita estimada em 31 de dezembro de 2020			17.743	13.145	8.548
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020			-	(4.598)	(9.195)

Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com o site da CETIP do dia 4 de maio de 2020.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Operação	Saldo em 31/12/2019	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
TJLP em 31 de março de 2020					
Empréstimos e financiamentos:	60.370		60.370	60.370	60.370
FINEP		Alta da TJLP			
Empréstimos e financiamentos:					
Taxa efetiva da TJLP para 31 de março de 2020		Alta da TJLP	5,09%	6,36%	7,64%
Despesa estimada em 31 de dezembro de 2020			3.073	3.880	4.687
Empréstimos e financiamentos- estimado em 31 de dezembro de 2020			63.443	64.250	65.057
Efeito do incremento nas despesas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020			-	807	1.615

(a) Conforme site do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES).

(b) Valor refere-se somente a parcela do Subcrédito B do empréstimo da FINEP.

f) Risco volatilidade de preço petróleo

Esses riscos são basicamente provenientes da variação dos preços do petróleo. As operações com derivativos tiveram como objetivo exclusivo a proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo (até 12 meses).

Seguindo a Política de Gestão de Risco de Mercado da Companhia, que tem o objetivo de mitigar a exposição da Companhia a riscos da atividade de Exploração e Produção de Óleo e Gás, a Administração optou por realizar a cobertura (hedge) de uma possível redução no preço do barril.

Essa operação de hedge do preço do petróleo protege a Companhia com a obtenção de um preço médio de US\$61 por barril, para parte da produção do Campo de Atlanta. Em 31 de dezembro de 2019 os contratos oferecem cobertura para 820 mil barris a serem vendidos ao longo de doze meses.

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma variação no preço do Brent e o efeito no Patrimônio Líquido da marcação a mercado e liquidação da opção de venda.

Operação	Risco	Consolidado			
		31/03/2020			
		Cenário provável (a)		Cenário	
		Em USD	Saldo em R\$	Possível (25%)	Remoto (50%)
Preço Brent em 31 de março de 2020		22,7	7.223		
Hedge	Alta do Brent				
Despesa estimada em 31 de dezembro de 2020				1.001	501
Marcação a mercado e liquidação estimado				(6.221)	(6.722)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de março de 2020 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações Ordinárias	% de Participação
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Ações em circulação	75.906.835	28,6
Ações em tesouraria	3.289.467	1,2
Administradores	544.724	0,2
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

ii. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as ações em circulação no período. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>		
Numerador:		
Lucro líquido do período	76.801	50.975
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>262.517</u>	<u>261.605</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,29</u>	<u>0,20</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011 a 2016, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções, segundo estes Planos de 2011 a 2016, poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$1,14 para o Plano de 2016, R\$1,96 para o Plano de 2015, R\$2,65 para o Plano de 2014 e R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os dois Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Plano 2016	Plano 2015	Plano 2014
Data da reunião do Conselho de Administração	23/02/2016	12/03/2015	24/02/2014
Total de opções concedidas e outorgadas	2.334.915	2.334.915	2.296.500
Preço de exercício da opção	R\$4,88	R\$6,36	R\$8,98
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,14	R\$1,96	R\$2,65
Volatilidade estimada do preço da ação	33,86%	36,96%	43,36%
Dividendo esperado	3,59%	2,47%	3,84%
Taxa de retorno livre de risco	7,25%	6,39%	6,20%
Duração da opção (em anos)	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de março de 2020 está apresentada a seguir:

	Opções de ações
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2018	<u>8.115.264</u>
Exercício de opções no primeiro trimestre de 2019	<u>(132.386)</u>
Opções em circulação em 31 de março de 2019	<u>7.982.898</u>
Exercício de opções no segundo trimestre de 2019	<u>(607.622)</u>
Opções em circulação em 30 de junho de 2019	<u>7.375.256</u>
Opções canceladas no período	<u>(4.370.139)</u>
Opções em circulação em 30 de setembro de 2019	<u>3.005.117</u>
Exercício de opções no trimestre	<u>(14.710)</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2019	<u>2.990.407</u>
Exercício de opções no primeiro trimestre de 2020	<u>(289.943)</u>
Opções canceladas no período	<u>(1.604.853)</u>
Opções em circulação em 31 de março de 2020	<u>1.095.611</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis no período findo em 31 de março de 2020 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em mar/2020	Maturidade em anos	Preço de exercício	Opções exercíveis em mar/2020	Preço de exercício médio (*)
Plano 2016	1.089.164	7	4,88	93.915	5,66
Plano 2015	314.584	7	6,36	314.584	8,13
Plano 2014	1.640.826	7	8,98	1.640.826	12,42

(*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (“INPC”).

Para o período findo em 31 de março de 2020, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$13.674, sendo R\$44.778 das outorgas dos planos de 2011 a 2016 e a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal; R\$28.945 referente a reversão dos planos de opção de ações vencidos, R\$2.480 referente a exercício de opções e R\$4.639 referente a ações canceladas por desligamento de funcionários.

Em 29 de abril de 2018 o plano de opções de ações para administradores e executivos da Companhia outorgado em 29 de abril de 2011 venceu, não havendo mais a possibilidade de exercício do mesmo após esta data. A Companhia então reverteu o montante de R\$10.290 referente a tal plano que havia sido contabilizado na reserva de capital em contrapartida ao resultado do exercício.

Em 23 de março de 2019 o plano de opções de ações para administradores e executivos da Companhia outorgado em 23 de março de 2012 venceu, não havendo mais a possibilidade de exercício do mesmo após esta data. A Companhia então reverteu o montante de R\$10.309 referente a tal plano que havia sido contabilizado na reserva de capital em contrapartida ao resultado do exercício.

Em 31 de maio de 2019 o plano de opções de ações para administradores e executivos da Companhia outorgado em 28 de maio de 2012 venceu, não havendo mais a possibilidade de exercício do mesmo após esta data. A Companhia então reverteu o montante de R\$2.128 referente a tal plano que havia sido contabilizado na reserva de capital em contrapartida ao resultado do exercício.

Em 31 de março de 2020 o plano de opções de ações para administradores e executivos da Companhia outorgado em 11 de março de 2013 venceu, não havendo mais a possibilidade de exercício do mesmo após esta data. A Companhia então reverteu o montante de R\$6.218 referente a tal plano que havia sido contabilizado na reserva de capital em contrapartida ao resultado do exercício.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

27. AÇÕES EM TESOURARIA

A Companhia autorizou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações dos anos 2011 a 2014.

<u>Plano</u>	<u>Data de autorização de recompra</u>	<u>Volume recomprado</u>
Plano 2011	24/04/2012	1.097.439
Plano 2012	9/07/2012	2.491.517
Plano 2013	6/05/2013	2.120.319
Plano 2014	24/02/2014	2.245.357

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações ordinárias (*)</u>	<u>Valor - R\$mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>4.334.128</u>	<u>44.139</u>
Realização de stock options em 2019	<u>(754.718)</u>	<u>(7.687)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.579.410</u>	<u>36.452</u>
Realização de stock options no primeiro trimestre de 2020	<u>(289.943)</u>	<u>(2.953)</u>
Saldo em 31 de março de 2020	<u>3.289.467</u>	<u>33.499</u>

(*) Quantidade de ações

Custo médio histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação) é de R\$ 10,18

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações ordinárias em tesouraria em 31 de março de 2020:

Quantidade de ações em tesouraria	3.289.467
Cotação por ação na B3 (R\$)	<u>9,15</u>
Valor de mercado (R\$mil)	<u>30.099</u>

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de março de 2020 representa 1,2% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

28. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Data de vigência</u>		<u>Importâncias seguradas</u>
	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Mar -20</u>
Responsabilidade civil geral	20/02/2019	30/06/2021	2.498.855
Riscos de petróleo e operacionais	20/02/2019	30/06/2021	<u>1.786.796</u>
Total			<u>4.285.651</u>

29. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Enauta, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime de tributação, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do exercício de carência o valor já pago pela Companhia é depositado em um fundo nominado que poderá ser utilizado para quitação de faturamentos futuros. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total é reconhecida na demonstração do resultado consolidada e refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>01/01/2020 a 31/03/2020</u>	<u>01/01/2019 a 31/03/2019</u>	<u>01/01/2020 a 31/03/2020</u>	<u>01/01/2019 a 31/03/2019</u>
Despesas previdência privada	<u>(25)</u>	<u>(24)</u>	<u>(359)</u>	<u>(331)</u>
Total	<u>(25)</u>	<u>(24)</u>	<u>(359)</u>	<u>(331)</u>

30. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores de imobilizado	49.093	50.940
Variação cambial sobre provisão de abandono e imobilizado	99.721	71.943
Penalidades contratuais – conteúdo local	445	26.413
Arrendamentos	241.300	28.286

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

31. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2020 e autorizadas para arquivamento junto à CVM em 13 de maio de 2020.

32. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Antonio Augusto de Queiroz Galvão
Ricardo de Queiroz Galvão
José Augusto Fernandes Filho
Leduvy de Pina Gouvêa Filho
Luiz Carlos de Lemos Costamilan
José Luiz Alqueres

Diretoria

Lincoln Rumenos Guardado
Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Danilo Oliveira

Conselho Fiscal

Sérgio Tuffy Sayeg
José Ribamar de Lemos de Souza
Allan Morgado Guerra

Controller e Contadora responsável

Ana Glória de Oliveira Nogueira
Fernanda Amaral Rodrigues de Britto
CRC/RJ - 090.320 O-4
